



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

JOSIANE ALVES COELHO VALENTE

**MERCADO DE COMIDAS TÍPICAS: UMA ETNOGRAFIA DAS
TROCAS ECONÔMICAS NA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO DA CASA
DO ARTESÃO**

MACAPÁ, AP
2013

JOSIANE ALVES COELHO VALENTE

**MERCADO DE COMIDAS TÍPICAS: UMA ETNOGRAFIA DAS
TROCAS ECONÔMICAS NA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO DA CASA
DO ARTESÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Ciências Sociais da
Universidade Federal do Amapá, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rosinaldo Silva de
Sousa

MACAPÁ, AP
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

381.18
V154m

Valente, Josiane Alves Coelho

Mercado de comidas típicas: uma etnografia das trocas econômicas na praça de alimentação da casa do artesão / Josiane Alves Coelho Valente - Macapá, 2013.

30 p.

Orientador: Prof. Dr. Rosinaldo Silva de Sousa

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Feiras livres – Macapá (AP) – Aspectos sociais. 2 Mercados - Socialização. 3. Interação social. 4. Ambiente de trabalho – Socialização. 5. Alimentos – Comercialização. I. Sousa, Rosinaldo Silva de, orient. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

**MERCADO DE COMIDAS TÍPICAS: UMA ETNOGRAFIA DAS
TROCAS ECONÔMICAS NA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO DA CASA
DO ARTESÃO**

JOSIANE ALVES COELHO VALENTE

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais.

Aprovada por:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rosinaldo Silva de Sousa (orientador) - UNIFAP

Prof. Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto - UNIFAP

Prof. Ms. Raimundo de Lima Brito - UNIFAP

MACAPÁ, AP
2013

RESUMO

VALENTE, Josiane Alves Coelho. **MERCADO DE COMIDAS TÍPICAS: UMA ETNOGRAFIA DAS TROCAS ECONÔMICAS NA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO DA CASA DO ARTESÃO**. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) – Ciências Sociais – Universidade Federal do Amapá – Macapá, 2013.

O referido artigo aborda através da técnica de pesquisa, observação participante, uma análise etnográfica de um grupo de vendedores de comidas típicas que comercializam seus produtos na feira ao lado da Casa do Artesão na cidade de Macapá, também conhecido como Complexo Turístico Beira-Rio. Considerando os estudos já realizados no campo da Antropologia Econômica e suas contribuições para a compreensão da organização social, econômicas e as redes de relações sociais, visou identificar os laços sociais que fundamentam a troca entre os trabalhadores nas barracas de comidas típicas. Tenho como perspectiva investigar algumas categorias fundamentais a literatura da antropológica econômica como reciprocidade, solidariedade, parentesco relações dádivas, confiança, consolidando as atividades não dicotômicas entre o par formal/informal. Reforço modestamente o debate teórico-empírico, abordando esses aspectos da Antropologia que estruturam as relações econômicas praticadas no mercado de comidas típicas. Nesse sentido, analiso e descrevo como ocorre esse processo econômico a luz dos sistemas sociais, políticos e culturais.

Palavras-chave: redes de relações sociais, prática econômica, Antropologia.

ABSTRACT

VALENTE, Josiane Alves Coelho. **TYPICAL FOOD MARKET: ETHNOGRAPHY OF AN ECONOMIC CHANGES IN SQUARE POWER HOUSE OF CRAFTSMAN**. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) – Ciências Sociais – Universidade Federal do Amapá – Macapá, 2013.

The article deals with the techniques of research, participant observation, an ethnographic analysis of a group of typical food vendors who sell their products at the fair next to the Craftsman house in the city of Macapá, also known as the Tourist Complex Riverside. Considering the previous studies in the field of Economic Anthropology and its contributions to the understanding of social organization, economic and networks of social relations, visuo identify social ties that underlie the exchange between workers in the food stalls typical. Perspective as I investigate some fundamental categories of anthropological literature as economic reciprocity, solidarity, kinship relations *dadivosas*, trust, consolidating activities than dichotomies between the couple formal / informal. Strengthening modestly theoretical debate and empirical, addressing these aspects of anthropology that structure economic relations prevailing market of typical foods. In this sense, analyze and describe how this process occurs the light of economic systems social, political and cultural.

Keywords: Networks of social relations; economic practice; Anthropology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1- SOBRE A FEIRA E AS BARRACAS	10
CAPÍTULO 2 - AS BARRACAS: ASPECTOS FORMAIS/INFORMAIS	12
CAPÍTULO 3 - A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS A PARTIR DE UMA DIMENSÃO POLÍTICA.....	17
CAPÍTULO 4 - A FEIRA DE ALIMENTOS, AS TEMIDAS TAXAS MENSAIS E A CONCESSÃO DE PROPRIEDADE INFORMAL.....	18
CAPÍTULO 5 - A ATIVIDADE DOS GARÇONS E GARÇONETES, O EMPRÉSTIMO DE ALIMENTOS E A IMORAL PRÁTICA DE FAZER ARROZ.....	21
5.1 O Empréstimo de Alimentos.....	22
5.2 A prática imoral de fazer arroz.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	30

INTRODUÇÃO

Este estudo descreve as redes de relações sociais observadas através das alianças de reciprocidade, parentesco, confiança, solidariedade no cotidiano econômico de um grupo de vendedores de comidas típicas na praça de alimentação da casa do artesão localizada no Complexo Turístico Beira-Rio na cidade de Macapá. De acordo com Mark Granovetter (apud CAILLÉ, 1989, p.19): “[...] A rede é o conjunto das pessoas em relação às quais a manutenção de relações interpessoais, de amizade ou camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade [...]”. Em seguida argumento que o sistema de parentesco ou a família elementar é o núcleo do comércio de comidas típicas na feira e que as relações sociais desempenhadas pelo grupo estabelecem as leis e as condutas morais que direcionam o comportamento dos sujeitos no ato da troca econômica. Firth (1998, p.215), observou fenômeno semelhante nas relações familiares na Ilha de Tikopias: “cada família se baseia em princípios de parentesco, especialmente nos laços familiares, para realizar seus objetivos econômicos e sociais”.

De modo simplificado, os laços sociais influenciam positivamente as práticas econômicas que não são regulamentadas puramente por uma lógica de mercado, sendo o grau de parentesco e confiança, o vínculo essencial que conduz à consolidação das relações sociais tradicionais oriundas da reciprocidade, confiança, amizade, solidariedade e dádiva. Estas mantem a atividade econômica ativa e são responsáveis por estruturar as trocas informais entre os vendedores das barracas de comida. Sobre as redes de intercâmbio recíproco, Lomintz em seus estudos sobre comunidades mexicanas pobres descreve que:

Existe una organización social de los marginados: las *redes de intercambio*, que suplen la carencia de seguridad y actúan como mecanismo de seguridad social. Estas estructuras sociales [...] representan una recombinação de instituciones sociales tradicionales (tales como la familia, el compadrazgo, la amistad) para enfrentarse a los cambios ecológicos. Representa un importante mecanismo de adaptación el nuevo medio ambiente socioeconómico de la gran ciudad (LOMNITZ, 1975, p. 99).

Paralelo a esse debate, faço uma análise dos sistemas econômicos praticados na feira e embora estes não sejam símbolos de plena harmonia, pois ao que me parece os conflitos e a heterogeneidade são elementos característicos dos atores sociais na sociedade complexa, são as relações sociais a principal razão pela qual os atores sociais operam na economia local.

Tenho como objetivo geral interpretar as relações sociais desses agentes impactando a vida econômica do grupo de trabalhadores. A etnografia realizada na feira de comidas típicas tem como pressuposto que as atividades econômicas seguem um princípio substantivista de economia¹ e concomitantemente fazem parte da obsoleta dicotomia formal/informal². De acordo com a interpretação de Machado (2009, p.16) sobre a teoria da escola substantivista: [...] Definição substantivista que encara a economia enquanto um processo instituído de interação entre o homem e o seu ambiente, o qual resulta numa contínua oferta de materiais para satisfazer as suas necessidades, esta sim com carácter universal. E para que os donos de barracas na Praça de Alimentação alcancem os objetivos desejados, a forma de funcionamento das atividades econômicas está entrelaçada aos laços sociais que regulam e orientam as redes de relações sociais e também a economia praticada Feira.

Esta é minha humilde proposta lançada para a compreensão da economia praticada na feira de alimentos estruturada por um complexo mecanismo de alianças sociais e trocas econômicas que outrora se caracteriza como formal e ora informal. Essa aparente contradição conceitual reacende o antigo debate em torno dos tipos de atividades econômicas e suas respectivas descrições limitadas feitas pelos autores jurídicos e economicistas. O estudo defendido por mim além de adentrar sutilmente no debate clássico do século XX entre Formalistas³ e Substantivistas, se utiliza de parte da teoria da Antropologia Econômica e de suas bases metodológicas, como recurso ilustrativo dos principais debates que influenciavam pesquisadores de formação e períodos históricos diferentes, e que foram fundamentais para a consolidação dos estudos antropológicos durante todo o século XX.

A partir da compreensão realizada através da leitura do cotidiano do grupo econômico em análise, presumo que as antigas conceituações da Escola Econômica Clássica e Neoclássica apenas faz sentido se contextualizadas historicamente, isto é, na sociedade complexa as relações sociais tradicionais e o fenômeno da dádiva não desapareceram e são esses mecanismos os principais responsáveis pela integração das alianças sociais e do desenvolvimento da economia.

¹Segundo essa Escola do século XX, a ênfase não recai como na Escola Formalista, nas consequências econômicas da ação egoísta do indivíduo em salvar seu interesse na posse de bens materiais. Ao contrário, a perspectiva substantivista da economia enfatiza o interesse coletivo como guia no entendimento das práticas econômicas.

²Na perspectiva de Sousa (2004, p.149): “La propia dicotomía entre economía formal y economía informal - entendidas, respectivamente, como actividades reguladas y no reguladas por el Estado (...) - viene sufriendo críticas como consecuencia de las nuevas configuraciones tanto del mercado de trabajo como de las transformaciones en los modelos de acumulación capitalista, las cuales han hecho más evidente un continuum entre los dos sectores de la economía, en lugar de una dicotomía (...)”.

³De acordo com Molina (2004, p. 46) o princípio formalista da economia defende o seguinte aspecto: “Los formalistas se declaran partidarios de La aplicabilidad de la teoría económica a todas las sociedades”.

Interpretar e compreender do ponto de vista das redes sociais a economia do grupo de trabalhadores como reflexo da relação social, responsável pelos princípios culturais e políticos que se destacam como fatores preponderantes das trocas e juntamente com os laços de amizade e parentescos entre os vendedores de comidas típicas da praça de alimentação da casa do artesão. Estes agentes posicionam suas atividades econômicas em direção ao equilíbrio permanente entre as diferentes trocas sustentadas na feira.

Sendo a prática social dos trabalhadores baseada no processo de tradição, já que este tipo de atividade se transfere de geração para geração, o grupo de vendedores de comidas típicas se comporta diante de sua atividade econômica a partir das influências do grau de parentesco e amizade, tendo como base também outros tipos de relações sociais como a confiança, solidariedade, ajuda mútua e a reciprocidade, todas decisivas para o sucesso das vendas na feira.

Os estudos da Antropologia Econômica, dessa maneira, se tornaram a bússola de minha pesquisa. Assim como a importância dessa Ciência para o conjunto das Humanidades, esta investigação acadêmica se curva face aos inúmeros fenômenos sociais e processos econômicos que compõem o centro da feira de comidas típicas. Isso significa acreditar que a partir dos mecanismos sociais que formam as estruturas econômicas da feira, a conduta de seus agentes não é exclusivamente baseada nos princípios formalistas e racionais de mercado. Assim, a partir da pesquisa etnográfica e da utilização de técnicas de coleta de dados como o diário de campo, conversas informais, traço um breve diagnóstico do impacto das relações sociais tradicionais na economia do grupo e o sentido da comercialização de alimentos para aqueles que vivem unicamente desse mercado.

1. SOBRE A FEIRA E AS BARRACAS

A Praça de Alimentação da Casa do Artesão no Complexo Turístico Beira-Rio está situada na Rua Azarias Neto, é um dos pontos turísticos mais visitado da cidade de Macapá. A feira de alimentos é composta por nove barracas em alvenaria pintada em traços e relevos que simbolizam a *etnia Tucujú*⁴, uma maneira criativa de demonstrar aos visitantes a cultura local. As barracas estão distribuídas paralelamente de modo a criar um espaçoso centro onde são organizadas as mesas e cadeiras plásticas que acomodam os clientes e proporciona maior conforto a comercialização dos alimentos.

⁴Essa etnia é reconhecida como uma das características da identidade cultural amapaense.

As barracas são adquiridas por meio de concessões anuais pelo Governo do Estado do Amapá em parceria com a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, SEBRAE⁵ e SENAC⁶. Estas agências são responsáveis pelo treinamento, cursos de capacitação, manipulação e vendas de alimentos. Os vendedores estão representados mediante sua Associação dos Artesões do Amapá. Os trabalhadores pagam taxas mensais de energia e aluguel do espaço físico no valor de 150,00 reais cada barraca. Os valores gastos com as barracas são repassados a presidente da Associação que repassa os tributos a Secretaria do Estado.

Há reuniões mensais onde é tratada a qualidade dos serviços prestados, manutenção da feira, a idealização de um rodizio como estratégia de venda, sobretudo nos períodos de menor fluxo de clientes, tabela dos pratos servidos, a quantidade de mesas e cadeiras no salão, pois o excesso destas por determinado proprietário pode comprometer a circulação de pessoas e mercadorias. Assim, as nove barracas que alternadamente funcionam de três em três dias de segunda a sexta-feira foi à maneira mais apropriada que os comerciantes encontraram para enfrentar a ausência de público consumidor que segundo os trabalhadores se dispersam na estação chuvosa em Macapá, sendo as regra de rodizio a melhor forma de encarar o movimento reduzido nos dias de semana.

Demonstrei, portanto, de maneira breve, um quadro geral da estrutura física das barracas e da forma como estão organizadas espacialmente, para melhor compreensão da utilização do espaço cedido pelo Governo do Estado do Amapá para o funcionamento da praça de alimentação de comidas típicas. Abordei rapidamente uma categoria digna de status social no grupo de trabalhadores que é a noção de *dono da barraca*. Este formalmente é o detentor dos direitos de concessão que o tornam legítimo proprietário da barraca, podendo assim contratar informalmente mão de obra para trabalhar em seu estabelecimento comercial e desfrutar de maior prestígio dentro do grupo.

No documento formal que concede à barraca ao titular ressalta que esses espaços somente podem ser ocupados pelo proprietário jurídico, ou seja, este não deve transferir jamais a outra pessoa o direito de comercializar alimentos na praça, caso isso ocorra estará sujeito às sanções administrativas como a perda definitiva dos direitos sobre a barraca.

Os trabalhadores da feira resolveram criar nomes comerciais para suas respectivas barracas como uma forma de dar maior visibilidade ao negócio da família, facilitar as propagandas e promoções, e estabelecer uma identidade social para o grupo econômico.

⁵SEBRAE: Serviço brasileiro de apoio as micros e pequenas empresas.

⁶SENAC: Serviço nacional de aprendizagem do comércio.

Vamos aos nomes das barracas: Comidas Típica Regional; Comidas Típicas Delícias da Mama; Quiosque Jerusalém; Junior Comidas Típicas; Barraca Sabor da Terra; Michele Comidas Típicas; Rose Comidas Típicas; Equinócio Comidas Típicas; Comidas Típicas da Loura.

Dessa maneira, esta pesquisa compreendeu o período de fevereiro a agosto de 2012. Devo destacar que meu contato com os trabalhadores foi facilitado pelo fato de eu trabalhar como garçomete em uma das barracas. Nesse aspecto os dados surgiam em instantes que eu própria fazia parte da realidade dos feirantes e que a observação participante ou participação observante era uma constante em minha pesquisa. De acordo com Durham (1996, p. 17): “[...] estamos, em suma produzindo uma nova e intrigante etnografia de nós mesmos”. Certamente não foi fácil descrever as atividades econômicas do grupo, sobretudo quando eu própria me via enquanto nativa sujeito as mesmas regras subjacentes às relações sociais, embora ocupasse outro extremo das trocas econômicas, isto é, o papel de garçomete, mão de obra barata e sem requisitos formais para ocupar tal cargo.

2. AS BARRACAS: ASPECTOS FORMAIS/INFORMAIS

O cenário de minha etnografia é um fenômeno inteiramente diverso, pois, consoante à prática de comercialização de alimentos é possível encontrar, contudo sem muita visibilidade em meu trabalho, outros tipos de mercados que operam informalmente aos arredores da Praça de Alimentação, como o caso dos vendedores de produtos pirateados como CDs e DVDs, objetos decorativos comprados em importadoras macapaenses e revendidos na Praça; doces e salgados caseiros, artesanato, crianças e adolescentes engraxates; flanelinhas, ou seja, sujeitos que formam um complexo sistema econômico e de relações sociais.

Rapidamente sobre o conceito de formal/informal o autor peruano Hernando De Soto (1989, Apud, Ribeiro, 2000, p.5) ressalta que: “Um conjunto de unidades econômicas que não cumprem as obrigações impostas pelo Estado, no que se refere aos tributos e à regulação”. Semelhante a esse princípio Sousa (2008a, p.2) reforça que: “a diferença entre o formal e o informal está relacionada ao controle estatal sobre as atividades formais, e à ausência deles sobre as informais”. Desse modo, a presença de outros agentes econômicos na feira é do ponto de vista antropológico, essencial para a extensão, embora subjacente, das engrenagens que movimentam semanalmente o mercado de alimentos na Praça da Casa do Artesão. Os donos de barracas criam laços com os esses agentes como forma de compensar algumas fragilidades de seu negócio formal/informal. Ou seja, muitas garçometes que são contratadas

informalmente para trabalhar nas nove barracas cadastradas no banco de dados do Governo do Estado, são apresentadas pelos sujeitos *chegados*⁷ dos proprietários. Muitas vezes um vendedor de CDs e DVDs ou flanelinha, tem um parente, amiga ou vizinha desempregada e acaba a indicando ao dono da barraca amigo seu, que sem formalidade e nem requisitos resolve contratando sua mão de obra a um baixo preço.

Os engraxates e vendedores de doces e salgados ajudam no descarregamento dos alimentos das carrocerias dos carros. Nesse momento o dono da barraca se utiliza da presença dos garotos e pede para que eles o ajudem a carregar as pesadas panelas, pratos em porcelana barata, mesas e cadeiras, e os rapazes imediatamente correm para executar a tarefa da tarde, esperando pela recompensa ao final de expediente que na maioria das vezes é um prato de comida típica com um copo de suco.

Dessa maneira, todos os presentes na Praça acabam contribuindo de alguma forma para o desenvolvimento do mercado de alimentos. Gostaria, no entanto, ressaltar a nítida divisão de tarefas entre esses agentes, pois esta me parece uma das maiores expressões na produção, armazenamento, transporte e comercialização dos produtos. Mulheres, homens e crianças filhas de proprietários de barracas se reparam em uma acirrada competição por clientes, sendo as mulheres responsáveis pela culinária com participação modesta de seus maridos, os homens se encarregam de atrair os consumidores e as crianças se responsabilizam por ajudar os garçons na identificação dos pedidos das mesas que são personalizadas com adesivos próprios de cada barraca.

Os vendedores informais interligados pelas relações sociais aos proprietários de barracas contribuem na busca incansável de clientes, fazendo propagandas que garantam a melhor qualidade no atendimento e nos pratos servidos na barraca a qual é fiel. Tudo indica que as mulheres conseguem ser ainda mais criativas que os muitos homens que trabalham na Feira de comidas típicas, pois são elas as verdadeiras agentes publicitárias de seus negócios. Essas trabalhadoras criam promoções bastante atrativas que acabam gerando mal estar nos donos de outras barracas pela ameaça em ver seu público reduzido graças às diversas promoções tentadoras e polêmicas.

Aspectos como esses são constantemente motivo de discussão na Praça, porque os feirantes se sentem ameaçados com as promoções vistas por eles como abusiva. Esses conflitos dificilmente são dissolvidos mesmo quando tornados principais assuntos de pauta de reunião, pois as promoções continuam ser feitas gratuitamente e os responsáveis por elas defendem

⁷Termo frequentemente utilizado entre proprietário e os citados trabalhadores informais paralelos à praça, que reflete o grau de relação social desempenhada entre os diversos atores sociais.

não abrir mão desse importante recurso de marketing, devido ser ele o que garante geralmente uma noite de boas vendas.

Em casos como os observados anteriormente podem demonstrar sem mais problemas as visões divergentes provocadas pela mentalidade mercantil. No entanto, há um fio condutor que conduz todos os pontos de vistas a um termo comum chamado na literatura antropológica de reciprocidade e relações de dádiva, isto é, na Praça de Alimentação se destaca a força dos laços fracos e fortes que concorrem para uma nova estabilidade na prática econômica que desafia tanto os interesses puramente racionais de mercado quanto um controle mais rígido do Estado e da Associação comercial responsável por manter o local da Feira na lógica seguida pelo mercado. A categoria reciprocidade é compreendida como:

Definimos la reciprocidad como el intercambio normativo y continuo de bienes y servicios entre personas conocidas entre si, en el que entre una prestación y su devolución debe transcurrir un cierto tiempo, y el proceso de negociación de las partes, en lugar de ser un abierto regateo, es más bien encubierto por formas de comportamiento ceremonial. (ALBERTI E MAYER, 1974, p.21).

Essa classificação juntamente com o valor confiança forma uma espécie de modelo para o desenvolvimento do mercado de alimentos. A contribuição de Lomnitz (2004, p.3) para o entendimento desta segunda categoria é fundamental: “La confianza interpersonal es el prerequisite para que el flujo de intercambio recíproco de bienes y servicios se lleve a cabo. Estos intercambios recíprocos constituyen la base de una economía informal organizada alrededor de redes sociales basadas en la confianza, que le permiten al pobre adquirir lo mínimo necesario para su supervivencia”. Nesse sentido o valor confiança na prática econômica dos trabalhadores na Praça supera a simples expectativa de racionalização comum dos mercados autorregulados⁸. Assim, por várias vezes tenho tomada a iniciativa corajosa de chamar a economia praticada na Praça de Alimentação de formal/informal, mas a mim é dada a hora de explicar tal aparente contradição.

De modo simplificado, chamo de formalização o processo burocrático que envolve o espaço para comercialização de comidas típicas que compreende estrutura em alvenaria, energia elétrica, água encanada e tratamento de resíduo orgânico, estrutura esta inaugurada em 23 de dezembro de 2009. Nesse sentido o Estado moderno em parceria com a Prefeitura

⁸De acordo com Polanyi (1988, p. 81): “Uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados [...] Uma economia desse tipo se origina da expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários [...]” Segundo a interpretação correta de Machado (2009) a economia de mercado significou um fenômeno particular na história das sociedades ocidentais modernas pós Revolução Industrial.

Municipal de Macapá exige um rigoroso método de seleção de proprietários, pois serão estes os escolhidos para dar continuidade ao ideal de desenvolvimento humano e oportunidade de emprego e renda à população amapaense. Essa ideologia não respeitada pelos proprietários, porque eles estão mais preocupados em manter a sobrevivência de sua família, uma vez que a comercialização de alimentos não acarreta acumulação de riquezas materiais. Assim, teoricamente existe uma inflexível formalização e padronização da Feira e das barracas e para isso o Estado se utiliza da fiscalização de seus agentes administrativos como as Secretarias de Estado de Trabalho e Emprego e Empreendedorismo.

Em contraposição empírica afirmo ser a economia desempenhada na Praça de Alimentação informal, porque os serviços oferecidos e contratados pelos proprietários e família ocorrem às margens das regulamentações do mesmo Estado, quem através de concessão, garantiu o direito de trabalhar naquele disputado local e também compreende um universo mais complexo de relações econômicas e não econômicas. Em relação ao vasto campo de significados sociais e culturais produzidos pelo sistema mundial não-hegemônico e a globalização popular Ribeiro (2007, p.7) argumenta que:

Existe una globalización económica no-hegemónica formada por mercados populares y flujos de comercio que son animados, en gran medida, por gente del pueblo y no por representantes de las elites. Estas redes de comercio forman parte del sistema mundial no-hegemónico y, en general, sus actividades son consideradas como ilegales, como "contrabando". Una gran cantidad de las mercancías que venden son llamadas productos piratas por los poderes establecidos. Estas redes comerciales son ilegítimas desde el punto de vista de los poderosos que las combaten en nombre de la legalidad. Así, es imposible entrar en esa arena sin tocar antes la discusión acerca de lo que es legal/ilegal lícito/ilícito.

Como argumentei no início deste seguimento, a informalidade exercida pela mão de obra contratada para executar tarefas fatigantes não é assalariada legalmente e as incansáveis garçonetes e garçons se tornam verdadeiros reféns de diárias incompatíveis com o grau de atividade que desempenham por isso a maioria desses trabalhadores decidem ficar com a proposta de trabalho levando em consideração a escassez recente de oferta de vagas nas empresas formais e pelo grau de relação de amizade e confiança que já consolidaram com o dono da barraca. Dessa maneira, os proprietários reduzem significativamente os custos com a folha de pagamento, aumentam estrategicamente a produção, logram as leis fiscais, e comemoram as novas expectativas de lucro.

Desejo, assim, através dessas observações demonstrar etnograficamente que as atividades econômicas conhecidas pelas literaturas jurídicas e economicistas como formais,

informais, ilícitas e ilegais não se constituem enquanto sinônimos de uma mesma problemática, porém existem fatores comuns que as colocam em escalas simétricas. Nesse aspecto Sousa (et al, 2008b. p4) destaca o seguinte:

Entre todas as práticas que recebem o nome de economia informal nem todas são classificadas como ilícitas nos locais onde são praticadas, mas todas elas têm em comum a sua forma de funcionamento, as quais são baseadas em redes sociais onde prevalece o valor confiança e os laços étnicos, de amizade e de parentesco entre pessoas muitas vezes de origem comum.

A economia praticada na feira de alimentos tem em comum na prática a extensão das redes de relações que servem de base para o funcionamento dos diferentes circuitos econômicos que se cruzam e se nutrem reciprocamente, sendo o mercado de comidas típicas um campo fértil para o desempenho dessas relações sociais e econômicas que caracterizam indistintamente a economia popular.

Observo que as relações sociais são desempenhadas muito tempo antes da consolidação da relação econômica, ou seja, desde que o cliente chega a Praça de Alimentação é surpreendido pela agilidade e experiência do garçom ou garçonete que ao atender o consumidor já estabelece o primeiro contato. O consumidor ao se estalar confortavelmente nas dependências da barraca usa um gesto simbólico (ergue o braço) que se traduz em seu pedido, no qual o atendente imediatamente anota em um bloco pequeno de anotações e os trabalhadores que ficam na parte de dentro da barraca tentam ser o mais rápido possível no pedido para que o cliente se sinta satisfeito com a qualidade do serviço e assim retorne mais vezes ao estabelecimento comercial. Esse ritual finaliza quando o cliente novamente levanta o braço, porém dessa vez o atendente subjetivamente reconhece que esse segundo gesto é para levar a conta da mesa que é paga diretamente ao garçom (a) que se encarrega de repassar os valores ao proprietário da barraca. Nesse aspecto, as trocas econômicas consolidadas na atividade cotidiana de comercialização de alimentos na Praça têm como ingredientes sociais elevadas doses de confiança e reciprocidade entre clientes, funcionários e donos de barracas.

3. A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS A PARTIR DE UMA DIMENSÃO POLÍTICA

As decisões políticas que envolvem as trocas econômicas na Praça de Alimentação da Casa do Artesão são visivelmente constatadas através das reuniões organizadas mensalmente pela Associação que representa os proprietários de barracas. Recentemente o rodizio – ideia elaborada por alguns donos de barraca como uma maneira mais eficaz de aquecer as vendas durante as semanas de pouco fluxo de pessoas – tem se tornado tema central das pautas reivindicativas das reuniões. Para tornarem o rodizio uma realidade constante na feira os trabalhadores esquecem inclusive de assuntos importantes para o funcionamento dos negócios como, por exemplo, manutenção periódica do espaço físico da feira, coleta de lixo que se tornou irregular e segurança do local.

Há uma profunda força de vontade de alguns donos de barracas em transformar o rodizio em esquema de venda permanente por duas razões básicas. Primeira, o rodizio uma vez consolidado diminuiria significativamente a concorrência na feira devido ao acordo de dias específicos para cada proprietário comercializar seus produtos tranquilamente. Existe uma comemoração dos proprietários nesse ponto porque as abordagens que os garçons que trabalham nas barracas que ficam na entrada da feira costumam fazer prejudicam financeiramente aqueles que se encontram nas barracas localizadas no interior da feira. Desse modo, os donos de barracas resolveriam um antigo problema na arquitetura da feira que desde sua inauguração é motivo de discussão e verbalização entre proprietários.

A segunda razão pela qual certo grupo de proprietários deseja fortemente aprovar o esquema de rodizio na venda de comidas típicas é porque existem parentes que ocupam barracas distintas na feira. Assim, se formaria um truste em as famílias o mercado de alimentos na Praça passaria ser facilmente controlado pelos grupos de parentesco que se tornariam a maioria em termos comerciais e possuiriam também o número de sujeitos nos votos para aprovação de decisões unilaterais voltadas para o favorecimento dos proprietários dessas barracas específicas.

Desse modo, o rodizio na feira seria realizado segundo o critério de grau de parentesco. Vamos rapidamente aos exemplos: a dona da barraca “Quiosque Jerusalém” combina em alternar vendas com a dona da barraca “Delícia da Mama”, porque a senhora conhecida como Dona Ester⁹ (Quiosque Jerusalém) é mãe de Dona Maria (Delícias da

⁹Com o objetivo de preservar a identidade de meus informantes utilizo-me de pseudônimos.

Mama). Esse polêmico esquema permite, entre outras vantagens, que uma barraca possa ocupar o espaço destinado à outra podendo, assim, receber mais clientes, devido sua ampliação, as promoções sejam mais atrativas e audaciosas, fato que se ocorrer fora dos dias de rodizio gera conflitos entre os feirantes, um declínio acentuado das confusões ocasionadas pela destemida abordagem dos garçons (a), situação que atormenta o proprietário da barraca Equinócio que frequentemente entra em conflito com a proprietária da barraca Delicia da Mama, e conseqüentemente aumentar as venda e margens de lucro.

Desse modo, a Associação não tem condições instrumentais de fiscalizar inteiramente as atividades econômicas na feira devido às múltiplas alianças que são estabelecidas para controlar o mercado de comidas típicas. Embora a direção receba constantemente denúncias como combinação de preços, de rodízios promovidos por parentes, de promoções vistas pelos proprietários como absurdas, isto é, existem aquelas que oferecem refrigerante de um litro grátis a partir do consumo de dois pratos de comidas típicas ou que o preço normal do prato misto – quando um cliente solicita que seu prato seja servido dois tipos diferentes de alimentos regionais – fixado em reunião sofra grande queda face ao valor praticado pelas outras barracas.

4. A FEIRA DE ALIMENTOS, AS TEMIDAS TAXAS MENSAIS E A CONCESSÃO DE PROPRIEDADE INFORMAL

Em uma conversa saudosista entre os donos das barracas Comidas Típicas Regional e da Loura, eles relembram que a Praça de Alimentação já teve seus dias de melhor fase, ou seja, no início das atividades na feira era mais fácil comercializar e construir uma reputação para seu negócio, pois este servia de base para todas as despesas domésticas além ostentar bens imóveis e moveis. Do ponto de vista dos proprietários, hoje é muito mais difícil manter um padrão de vida desejado apenas com os recursos oferecidos pela venda de comidas típicas. Os donos das referidas barracas descrevem que o processo burocrático e a padronização do espaço físico da feira geram encargos que mensalmente pesam em seus orçamentos, deixando uma lacuna irreparável para quem vive exclusivamente do mercado de alimentos, no qual o preço do produto no cardápio não deve ser superior ao valor de R\$7,00.

As reclamações de proprietários são muitas em relação à desproporcionalidade existente entre o valor dos serviços oferecidos e a taxa de associado que é cobrada mensalmente no valor de \$150,00. Sobre esse aspecto, o dono da barraca da Loura indignado ressalta que: “eu pago como posso, quando ela (a responsável pela cobrança da taxa) vem eu

dou R\$50,00, não vou passar fome. Se eu der tudo como vou comprar o material da venda seguinte?”. O desabafo desse proprietário é em acordo a expressão de outros donos de barracas que não conseguem atualmente sanar sua folha de dívidas sem a inevitável e indesejável presença de um déficit.

Outro proprietário inquieto com sua situação financeira é o dono da barraca Comidas Típicas Regional. Segundo este dono de barraca, a preocupação com as dívidas aumentam rapidamente porque quando se aproxima final de mês percebem que as vendas não foi o suficiente para quitar a taxa mensal de associado e, sobretudo para reinvestir em matéria-prima e folha de pagamento, embora esta seja bastante reduzida pela ausência de formalização no contrato de trabalho. A esposa desse proprietário afirma que a taxa está atrasada em três meses e que não sabem como pagar essa conta que apenas aumenta somada as despesas domésticas. O comércio de comidas típicas é a única forma que a família tem de ganhar a vida e também é a área em que esse grupo doméstico se especializou e se dedicou a vida inteira.

Uma categoria importante observada nas relações sociais entre proprietários e ex-proprietário de barraca é solidariedade e as relações de parentesco. Dona Gorete, por exemplo, já foi um dia proprietária de uma barraca, porém foi denunciada a Associação por comercializar bebida alcoólica que imediatamente suspendeu o direito de concessão dessa senhora. Dona Gorete e sua família ficaram sem barraca e sem emprego, pois era com as atividades desempenhadas na feira que sustentava sua família. Seu Aroldo, cunhado de Dona Gorete, se sentiu insatisfeito e consternado com a situação financeira de seu parente e decidiu ceder por alguns dias da semana sua própria barraca para que sua cunhada junto com sua família pudesse trabalhar. Os contratos econômicos estão passíveis a constantes interferências das relações de parentesco. Firth (1998, p. 331), nessa perspectiva descrevia um acontecimento similitude entre os Tikopias:

Havia também outros relacionamentos cruzados, mas estes são suficientes para mostrar como os contatos puramente econômicos em todos os estágios da tarefa eram passíveis de ser afetados pela condição de parentesco das várias partes em relação uma à outra. Por exemplo, a emissão de ordens de trabalho, a discussão da divisão do produto, a contribuição de alimentos durante o trabalho e a distribuição de comidas durante as refeições, tudo era condicionado à existência de tabus de parentesco.

Assim, Dona Gorete, seu esposo e os dois filhos de dezesseis e treze anos atuam na informalidade de comidas típicas e se arrependem de terem perdido a concessão de sua

barraca, pois destacam sua atual condição financeira muito mais delicada do antes quando era proprietária e hoje tem que contar com a solidariedade de seu cunhado e também de sua mãe que cede sua barraca para a filha comercializar refeições no horário de almoço. Certamente ambos os proprietários se colocam em riscos ao cederam o espaço de sua barraca para uma pessoa que já foi proprietário e que perdeu a concessão por irresponsabilidade, pois podem ser denunciados por transferência irregular de direito de concessão a outrem, tendo como medida punitiva a cassação e perda de suas respectivas barracas. Todavia, os laços sociais e as relações de parentesco são mecanismos que fundamentam as atividades econômicas praticadas na feira de comidas típicas.

Essa transferência de concessão informal também acontece quando um titular de barraca precisa viajar e para não deixar seu estabelecimento fechado, o que pode ocasionar a suspensão do direito de comercializar na feira, o dono da barraca cede a um parente ou amigo que tenha experiência com a produção e manipulação de comidas típicas. Existe esse tipo de preocupação entre os proprietários porque uma pessoa mal informada ou sem nenhuma orientação no campo de alimentos pode arruinar com as vendas do verdadeiro dono, afastando sua clientela e manchando o nome da barraca. Nesse sentido, outros fatores das relações sociais são reivindicados como o sistema de dádiva debatido na literatura especializada pelo antropólogo francês Marcel Mauss. Em seu clássico texto *O Ensaio Sobre a Dádiva*, o autor argumenta que:

Nas economias e nos direitos que precederam os nossos, nunca se constatam, por assim dizer, simples troca de bens, de riquezas e de produtos num mercado estabelecido entre os indivíduos. Em primeiro lugar, não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais: clãs, tribos, famílias, que se enfrentam e se opõem seja em grupos frente a frente num terreno, seja por intermédio de seus chefes, seja ainda dessas duas maneiras ao mesmo tempo. Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação das riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente (MAUSS, 2003, p. 190-2).

Dessa maneira, o proprietário que confia sua barraca a um amigo, vizinho ou parente, o faz tendo como princípio básico os sistemas de prestações e contraprestações voluntárias e obrigatórias que implicitamente compõem o universo das trocas nas sociedades complexas. De outro modo, Caillé (1998 apud SABOURIN, 2008) corrobora a ideia central das relações

dadivosas descritas por Maus: “Em certo sentido, a dádiva não é nada desinteressada. Simplesmente, privilegia os interesses de amizade (aliança, amabilidade, solidariedade...) e do prazer ou da criatividade sobre os interesses instrumentais e sobre a obrigação e a compulsão”. No sistema regulado pela dádiva e reciprocidade, a moeda de troca entre o dono de barraca que empresta seu estabelecimento a terceiros não é nenhuma taxa monetária e sim, o cuidado, zelo, a responsabilidade e manutenção de sua propriedade.

5. A ATIVIDADE DOS GARÇONS E GARÇONETES, O EMPRÉSTIMO DE ALIMENTOS E A IMORAL PRÁTICA DO FAZER ARROZ

Os garçons e garçonetes já apareceram em outro momento nesta pesquisa, contudo por que insistir na narrativa desses atores? Será porque eles representam a consolidação do intercâmbio de bens e serviços entre as barracas e os clientes. Como já indiquei as pessoas que trabalham nas barracas de comidas típicas são normalmente recomendadas pelos trabalhadores ambulantes e prestadores de serviços que operam paralelamente a feira e criam acabam desempenhando extensas relações sociais com os proprietários.

Os contratos de trabalho que regem os serviços oferecidos pelos garçons e garçonetes não são regulamentos pelas leis trabalhistas e se aproximam do ideal de contratados atípicos discutidos em Noronha (2003). Desse modo, não existe uma estabilidade financeira entre esses trabalhadores informais e assim eles podem trabalhar de barraca em barraca na mesma feira, ou seja, os garçons e garçonetes dividem os dias das semanas entre as nove barracas que compõe a feira. É o caso das garçonetes Ana de 38 anos que trabalha segunda, quinta, sexta-feira e sábado na barraca *Delicias da Mama* e, terça-feira e domingo na barraca *Comidas Típicas Regional*. E da garçonete Sara de 28 anos que também trabalha alternadamente entre as barracas *Michele comidas típicas* e *Quiosque Jerusalém*. Essa relação permite tanto que eles não fiquem sem renda, pois todos tem família para sustentar, quanto estabeleçam relações sociais com outros proprietários, fazendo com que as redes sociais se estendam por toda a feira.

Os garçons e garçonetes são contratados sem exigências formais, porém com a experiência adquirida no mercado de alimentos eles se tornam trabalhadores ágeis na luta pela conquista de clientes.¹⁰ Depois de certa temporada trabalhando no atendimento ao público os trabalhadores assumem posto considerados importantes na barraca como ter uma cópia da

¹⁰Esta é a famosa abordagem indevida de clientes feitas pelos garçons e garçonetes que constantemente é motivo de conflitos entre os proprietários de barracas e assunto principal das reuniões da Associação.

chave par abrir o estabelecimento as 16:00h e fechá-lo as 24:00h. Assim, os garçons e garçonetes chegam ao local de trabalho sempre no horário, fazem a higienização do interior da barraca e organizam o espaço que receberá as mesas e cadeiras. Quando o dono da barraca chega com os alimentos já está tudo pronto para começar as vendas. No final de expediente os garçons e garçonetes devem deixar o espaço da barraca novamente limpo e guardar as mesas e cadeiras, sendo as jornadas de trabalho pagas aos prestadores de serviços na feira gira em torno de R\$ 20,00 a R\$ 30,00 reais, dependendo do fluxo de consumidores e de renda obtida pelo proprietário.

A dedicação dos garçons e garçonetes ao trabalho desempenhado na feira é premiada quando estes agentes fazem aniversário de um ano trabalhado na barraca. Isto é, após um ano de trabalho duro demonstrado ao patrão¹¹, os prestadores de serviços ganham uma espécie de vale compras no valor de R\$ 300,00 reais que eles poderão utilizar livremente na compra de bens e serviços. Embora os garçons e garçonetes reconheçam que é uma quantia insignificante para quem dedicou um ano de trabalho, eles aceitam sem contestação porque acreditam que a amizade entre eles e os proprietários é mais importante que uma quantia em dinheiro. Assim, essa premiação é uma estratégia de convencer o trabalhador de que seu trabalho está sendo bem valorizado pelo patrão e assim o garçom ou garçonete passará a se dedicar muito mais aos serviços na barraca, podendo conseguir mais clientes e ser mais fiel à relação estabelecida com o proprietário. No entanto, descreverei no item 5.2 que nem sempre esse estratagem de premiação funciona, pois existem aqueles trabalhadores que insistem com a *prática do arroz*.

5.1. O Empréstimo de Alimentos

Vamos aos principais pratos e bebidas oferecidas aos clientes na Praça de Alimentação da Casa do Artesão: lasanha, macarronada, estrogonofe, risoto de frango e camarão, galinha picante, vatapá, maniçoba, tacacá. Sucos de cupuaçu, abacaxi, maracujá. Refrigerantes, água mineral, salada de frutas e torta de cupuaçu.

Existem dias do mês, sobretudo os que têm datas comemorativas que o ritmo de venda de alimentos supera as expectativas dos proprietários. Essas datas são bastante comemoradas pelos donos de barracas porque é a ocasião de aquecer os negócios e proporcionar um novo ritmo para a comercialização de alimentos. Desse modo, é em situações como estas que os

¹¹Esse termo é utilizado pela maioria dos garçons, garçonetes e trabalhadores ambulantes ligados a feira para se referir ao proprietário de barraca.

laços de parentesco e a amizade entre os garçons e garçonetes atuam no sentido de não deixar o dono de barraca perder a venda pela ausência de determinado produto.

Primeiro os laços de parentescos entre os donos das seguintes barracas: *Comidas Típicas Regional; Michele Comidas Típicas; Delicias da Mama e Rose Comidas Típicas*. Esse importante mecanismo serve de canal para as trocas de alimentos em dias de grande e fluxos de público consumidor. Jambu, canudinho, arroz branco, tucupi, são alguns dos alimentos que frequentemente são trocados e emprestados. As barracas citadas têm como proprietários mãe, sogra, genro, filho, responsáveis por um ritual constante de prestações e contraprestações de alimentos. Posso nesse caso, fazer uma breve analogia desse sistema praticado na feira com a análise de Polanyi sobre os princípios de integração econômica: “A economia do homem encontra-se, regra geral, submergida nas suas relações sociais”. Ainda sobre a moral que regula as trocas nas sociedades complexas Mauss ([1924] (2003), p.188) destaca que:

Veremos a moral e a economia que regem essas transações. E, como constataremos que essa moral e essa economia funcionam ainda em nossa sociedade de forma constante e, por assim dizer, subjacente, como acreditamos ter aqui encontrado uma das rochas humanas sobre as quais são construídas nossas sociedades.

As relações de parentesco desempenhadas pelos donos de barracas permitem que eles não percam uma venda e nem tenham prejuízos com alimentos estragados. Ou seja, se apenas uma ou duas barracas de parentes foi bem sucedida na noite o empréstimo e troca de alimentos contribuiu positivamente para que o negócio do proprietário que mais vendeu voltasse a prosperar e aquele que não obteve o mesmo sucesso na venda preocupado com as possíveis perdas de alimentos, pois estes se passarem de um dia para outro não pode ser mais comercializado porque contamina com as diversas correntes de ar, doa seus alimentos ao grupo de parentesco que melhor comercializou ao longo da noite. Esses pedidos de ajudas não são negados porque os proprietários reconhecem e legitimam os dons oferecidos, recebidos e retribuídos, uma vez que recusar uma dádiva é declarar guerra, ou seja, quebrar as alianças que tornam as relações sociais e econômicas realidades na Praça.

O segundo aspecto responsáveis pelo sistema de empréstimo e troca de alimentos na Feira de comidas típicas está representada no papel multifacetado dos garçons e garçonetes. Nesse caso, existem duas maneiras básicas de voltar a ter acesso às mercadorias e dar

continuidade as vendas. A primeira forma ocorre quando os proprietários de barracas são amigos e o garçom (a) se encarrega de emprestar ou trocar um produto pelo outro. Ou seja, este sujeito se desloca a qualquer momento a uma barraca de um *chegado* de seu patrão e solicita o empréstimo ou troca. O donatário imediatamente atende ao pedido de seu amigo proprietário e envia os produtos exigidos.

A segunda maneira, menos comum de se conseguir produtos emprestados ou trocados, ocorre entre proprietários que não são chegados, não obstante os garçons (a) são amigos e às vezes parentes de outros garçons (a) que atuam em outras barracas, pois o critério de seleção para se trabalhar na Praça de Alimentos é a indicação que um trabalhador ambulante que atuam em uma economia informal paralela a praticada na feira faz a determinado dono de barraca.

As relações de amizade entre os garçons (a) permite que aconteça a permuta de alimentos entre barracas de proprietários rivais. As promoções audaciosas geralmente são as responsáveis pelo clima de competição e rivalidade na feira, contudo são os próprios garçons (a) que, sem o conhecimento de seu patrão, resolve emprestar ou trocar alimentos com outros garçons (a) amigos seus para não perder a venda.

Dessa maneira, essa rede de relações sociais é facilitada nas barracas porque muitos garçons (a) já trabalharam em outras barracas, pois não há uma exigência do proprietário para que ele permaneça exclusivamente em seu estabelecimento, e assim essas experiências se transformam em verdadeiros caminhos para a extensão e consolidação das relações sociais. Embora, houve casos descobertos e os garçons (a) foram despedidos, existem aqueles que continuam com essa prática por reconhecerem que a comercialização de um alimento é mais importante que um conflito descabido entre proprietários orgulhosos. No fundo o que esses donos de barracas trocam não unicamente bens e valores monetários.

Mauss no *Ensaio Sobre a Dádiva* ao investigar os princípios de dar, receber e retribuir, destaca que são as alianças sociais que interessam e não os interesses puramente utilitaristas:

[...] Ademais o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São antes de tudo amabilidades, banquetes, ritos [...] feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos [...] Enfim, essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública (MAUSS (2003 [1924], p191).

Do ponto de vista dos garçons (a) se uma barraca tem cliente e a outra tem a comida típica é justo que os patrões emprestem os alimentos porque a solidariedade e a confiança são mais importantes que o clima tenso provocado pela desconfiança e competição. Ainda de acordo com os garçons (a) é fundamental que os patrões mantenham o empréstimo e troca de alimentos porque nunca se sabe quem será o próximo proprietário a precisar dessas dádivas. Nesse sentido, a forma de empréstimo e troca clandestina entre os garçons (a) amigos continua ocorrendo na Praça de Alimentos e esses destemidos trabalhadores dizem não se importar se forem abordados pelos patrões praticando tal ato, pois eles argumentam que somente o fizeram pelo nome e imagem do negócio, para não perder a venda, o cliente e pela amizade que tem com o dono da barraca.

5.2. A prática imoral de fazer arroz

A conhecida pratica de *fazer arroz* é uma espécie de erva daninha nas atividades econômicas praticadas na feira de comidas típicas porque essa prática transgredir a dimensão moral das relações sociais do grupo de trabalhadores. Os proprietários condenam o fazer arroz dos garçons (a) e tentam constantemente elaborar estratégias que possam desarticular as ações desses sujeitos entre as barracas na feira.

Existem garçons (a) que quebram os laços de amizades e confianças outorgados pelo patrão e resolvem desviar dinheiro das vendas de alimentos. Houve um determinado período na feira que esta prática estava comum e os proprietários não sabiam como minimizar essa situação, pois as pessoas que eram contratadas para trabalhar na barraca eram inteiramente desconhecidas e usavam um discurso conhecido de que precisavam urgentemente de um trabalho porque tinham uma família para sustentar.

A maioria dos proprietários sensibilizados com a condição financeira da pessoa decidia por promovê-la a garçom (a) de sua barraca, contudo, às vezes sentiam certos desfalques em seus caixas, mas achavam que o problema estava na noite que tinha sido de baixo fluxo de clientes.

Esse tipo de corrupção de iniciativa dos garçons (a) se espalhou para outras barracas e como muitas destas são formadas por parentes e amigos, cada um deles começou a também notar o furo em suas contar. Entre as inúmeras conversas informais entre os proprietários, eles questionaram a baixa quantia de dinheiro em seus caixas mesmos em dias de bastante venda e dessa simples conversa eles perceberam que havia algo em comum entre eles e que não se tratava de pura coincidência.

A partir dessa constatação os donos de barracas começaram discretamente a observar a quantidade de mesas e pedidos anotados pelos garçons (a) e assim contabilizam quanto cada mesa consumia e depois somavam com os valores das demais mesas. Através dessa investigação os proprietários concluíram que os garçons (a) nem sempre anotavam honestamente todos os pedidos e como o patrão junto com seus familiares que trabalham dentro da barraca servindo os pratos não têm controle dos pedidos, pois confiavam aos garçons que fizessem isso, estes acabavam anotando somente parte do pedido.

Assim, quando o cliente efetuava o pagamento de tudo que foi consumido o garçom (a) repassava ao patrão unicamente aquela pequena parte que havia anotado em seu caderno, e isso fazia com que o patrão ocupado com outros pedidos jamais desconfiasse do desvio de dinheiro. Depois da intensificação das observações e anotações de pedidos feitas pelos donos de barracas disfarçadamente, estes constataram que um grupo de garçons (a) praticava desvio de dinheiro dos caixas de várias barracas.

Dessa forma, esse tipo de corrupção praticada pelos garçons (a) ficou conhecido como a prática de *fazer arroz* porque acontecia no local onde se comercializa alimentos. Alguns proprietários chegam a brincar com a situação quando falam que os garçons (a) que praticavam esse tipo de roubo aos cofres das barracas queriam homenagear a feira quando batizaram sua ação criminosa de fazer arroz. Quando esse escândalo explodiu na Praça de Alimentação basicamente todos os garçons (a) sabiam perfeitamente do que se tratava porque conheciam alguém que praticava ou simplesmente ele próprio já havia feito arroz.

Os proprietários para tentar minimizar essa prática resolveram pedir ajuda aos vendedores e ambulantes que comercializam seus produtos as margens da feira de comidas típicas. Esses trabalhadores informais se tornaram amigos ou na linguagem nativa *chegados* dos proprietários e assim passavam a indicar parentes e amigos de confiança para trabalhar como garçom (a) nas barracas, pois caso a prática de fazer arroz voltasse a acontecer se tornaria mais fácil de identificar os culpados e puni-los legalmente.

Outra forma de punição aos que insistem na prática de fazer arroz é a sansão moral. Os garçons (a) envolvidos nessa prática passam a ter seu nome divulgado na feira e nenhum patrão jamais contratará novamente esse sujeito. Assim, a prática de fazer arroz é visto como uma quebra acentuada dos laços sociais entre garçons (a) e proprietários de barraca, assim como é observada também como consolidação das alianças sociais entre os proprietários que preocupado para que seu amigo de profissão não contrate um garçom (a) que pratique fazer arroz, resolve avisá-lo sobre aqueles que estão no mercado e que já foram pegos fazendo arroz.

Durante minha pesquisa de campo Seu Gustavo, dono de barraca, descobriu que uma de suas garçonetes praticava fazer arroz, porém julgou melhor não denunciar sua funcionária porque ela tem família e se fosse presa poderia colocar em risco a subsistência dos filhos da garçonete.

Seu Gustavo fez vista grossa diante do acontecimento porque reconheceu que suas garçonetes recebem uma quantia baixa pelo trabalho desempenhado na Praça de Alimentos e argumentou que: “tenho pena, pois elas têm família pra sustentar”. Evidentemente essa declaração causou um mal-estar na família de Seu Gustavo, pois acreditam que ele não pode fingir que nada aconteceu e se continuar assim arruinaram seu negócio. A esposa do proprietário gritou a garçonete: “vocês vão quebrar a venda”; “se vocês saírem daqui nenhuma outra barraca vão querer vocês”. Esse desabafo desconcertante significa que o dono da barraca ofereceu uma chance a garçonete de se desculpar e assim não perder sua única fonte de renda.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os legítimos donos de barracas (detentores de concessão) são aqueles sujeitos responsáveis por ocupar um ponto fixo na feira e a partir desse mercado comercializar os alimentos. A decisão de quais cardápios podem ser oferecidos ao público e os respectivos preços são definidos em reuniões mensais com a Associação. Já houve vários casos de conflitos entre proprietários por não respeitarem os consensos definidos em assembleia e essa situação tem sido motivo de denúncias e suspensão dos direitos de concessão sobre a barraca.

Outros motivos pelos quais alguns donos de barracas se desentendem são as promoções desleais em longas faixas que oferecem produtos a preços impossíveis de concorrer no mercado e a famosa abordagem que garçons e garçonetes costumam fazer quando o cliente ainda se aproxima do espaço da feira. Ambas as práticas são levadas frequentemente para discussão nas reuniões da Associação, mas esta não consegue encontrar uma solução para esses problemas porque a maioria dos proprietários que praticam e autorizam seus garçons (a) a praticarem são parentes e compõem maior número de cadeiras na Associação facilitando, assim no momento de votar as medidas.

Nesse sentido, a composição das nove barracas em sua maioria ocorre por parentes e estes conseguem aprovar medidas como o rodízio, que também é questionado por outros proprietários que não possuem vínculos de parentesco na feira. As relações sociais entre parentes e garçons (a) possibilita também um importante sistema de empréstimo e troca de

alimentos que em outros contextos seria um fenômeno impossível levando em consideração aspectos relacionados à competição e busca racionalizado de lucro que caracterizam os mercados capitalistas.

Embora a economia praticada por parentes e amigos na Praça de Alimentação tenha relação com a economia capitalista em suas modalidades formal e informal, as redes de relações sociais são os principais mecanismos que estruturam o comércio de comidas típicas, sobretudo uma vez que essas mesmas redes se estendem a outros atores sociais que não fazem parte diretamente do contexto da feira e suas concessões, mas operam pequenas economias informais paralelas a economia da feira de Alimentos.

Os patrões se utilizam do grau de confiança e amizade com os trabalhadores em volta a Praça para contratar garçons e garçonetes. Estes executam longas jornadas de um trabalho cansativo, porém reconhecem que o preço pago pelas diárias trabalhadas não é compatível com a magnitude de sua tarefa, por isso alguns garçons (a) resolveram adotar uma prática incomum na feira que é o *fazer arroz*. Certamente quando essa prática é descoberta pelo dono da barraca o garçom (a) sofre uma coerção moral e tem seu nome divulgado na feira para que todos saibam o que ele cometeu e assim nenhum patrão possa não contratá-lo. Houve, contudo um caso particular de fazer arroz que o proprietário não denunciou a garçonete e ainda a manteve em seu trabalho porque ela se desculpou e também porque o dono da barraca reconheceu que a mulher tinha família para sustentar e se fosse despedida ficaria mais difícil de conseguir outro trabalho.

Os proprietários de barracas normalmente reclamam das taxas cobradas pela Associação e acreditam que os valores repassados são incompatíveis com a renda realizada pelo mercado de comidas típicas. Há proprietários que não conseguem pagar todo o valor de R\$ 150,00 reais mensais, pois julgam comprometer outras despesas como as domésticas e aquelas que são necessárias à compra de produtos que serão comercializados na feira.

Um quadro interessante de relações sociais tradicionais como as de parentesco, amizade, confiança, solidariedade, ocorre quando os proprietários para não perder uma venda emprestam ou trocam alimentos entre si. Essa relação fundamenta as relações sociais e econômicas e concomitantemente evita que o alimento do dono de barraca que emprestou seja perdido ou jogado no lixo, ou seja, se for levado para casa de volta não poderá ser mais comercializado na feira porque congela e perde o sabor e nutrientes. Outra questão é quando um genro e às vezes uma mãe emprestam suas próprias barracas para sua filha trabalhar. Esta já foi proprietária na praça até ser denunciada por comércio ilegal de bebida alcoólica e perder o direito de concessão. A mãe e o genro daquela senhora que emprestam a barraca correm o

risco de serem denunciados e também perder o direito de concessão, pois este é intrasferível, porém o fazem por solidariedade a mulher que tem família e precisa trabalhar para sustentá-la.

As prestações e contraprestações se apresentam de várias formas e o mercado de comidas típicas aborda essas inúmeras dimensões da vida humana. Na minha interpretação a economia praticada na feira funciona tendo como princípio as redes de relações sociais que fundamentam as diferentes trocas e se coadunam a outros aspectos de grupos importantes como as relações políticas e o sistema de dádiva. Com o objetivo de economizar na folha de pagamento alguns proprietários se utilizam de mão de obra de seus filhos e existem aqueles que necessitam viajar e para não deixar a barraca fechada por muito tempo porque pode ocasionar o afastamento dos clientes e a perda de concessão, cede informalmente o espaço da barraca para que parentes ou amigos seus possam vender comidas típicas e assim produzir uma renda extra.

Os indivíduos responsáveis temporariamente pela barraca têm por obrigação ser experiente no ramo de alimentos, saber trabalhar com esse tipo de mercado e cuidar da barraca e de suas dependências a mantendo limpa e organizada, sem retribuir nenhuma quantia em dinheiro para o legítimo proprietário.

Dessa maneira, as barracas que foram concedidas formalmente pelo Governo do Estado do Amapá se transformam em espaços para atividades econômicas informais. Estas se fazem presentes principalmente na contratação de garçons e garçonetes e essa relação é importante do ponto de vista antropológico porque desmistifica os paradigmas economicistas criados em torno dessas categorias. Já foi comprovado empiricamente por uma série de autores, alguns destes citados anteriormente, que a separação entre superior economia formal e economia subalterna informal não passa de uma frágil dicotomia sem fundamento na sociedade moderna e que não se sustenta por meios de especulações vazias de significado.

REFERÊNCIAS

- CAILLÉ, Alain. Nem Holismo nem Individualismo Metodológicos. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. Vol.13, n.38. São Paulo, Oct. 1998.
- _____. **Antropologia do Dom**. o terceiro paradigma. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CUNHA, Manuela Ivone P. da. Formalidade e Informalidade. Questões e perspectivas. **Etnográfica**, vol. X(2), 2006, pp. 219-231.
- DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: **A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa**. (Org.) Ruth Cardoso. 3ª edição, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1998.
- DE SOTO, Hernando. **Economia subterrânea**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- FIRTH, Raymond. **Nós, os Tikopias**: Um estudo sociológico do parentesco na Polinésia primitiva; prefácio de Bronislaw Malinowski; tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. (Clássicos; 11).
- GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2001.
- LANNA, Marcos. Nota Sobre Marcel Mauss e o Ensaio Sobre a Dádiva. **Rev. Sociol. Polít.** Curitiba, 14: p.173-194, jun. 2000.
- LOMNITZ, Larissa A. **Cómo sobreviven los marginados**. Siglo XXI. Editores. Buenos Aires. 10ªed.México: Edición, 1989.
- _____. Globalización, Economía Informal, y Redes Sociales. **UNAM**, 1982.
- _____. Confianza, Redes Sociales y Economía Informal: Um Análise Comparado. **IMASS-UNAM, Review of Sociology** Vol. 10, 2004.
- LOPES, Daniel Seabra. Mercados Encobertos: os ciganos de Lisboa e a venda ambulante. **Etnográfica**, vol. X(2), 2006, pp. 319-335.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In:_____. **Sociologia e Antropologia**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MEYER, Fortes. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. **Série Tradução**. Vol. 1, Brasília: DAN, 2011.
- MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Introdução. In:_____. **Argonautas do pacífico ocidental**: Tradução Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardiere Mendonça. Revisão Eunice Ribeiro Durham. 2ª ed. São Paulo: Abril cultural, 1978. (os pensadores).

_____. **Crime e Costume na sociedade selvagem.** Tradução de Maria Clara Corrêa Dias; revisão técnica de Beatriz Sidou. - Brasília: Editora Universidade de Brasília; 2º Ed., 2008.

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. 2009. "**Sociedade vs. mercado: notas sobre o pensamento económico de Karl Polanyi**". Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão.

MOLINA, José Luis. **Manual de Antropología Económica.** UAB, 2004.

NORONHA, E.G. "Informal", Ilegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no **Brasil** **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, vol.18, n.53, out. 2003.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época/Tradução de Fanny Wrobel.** Rio de Janeiro: Campus, 1988.

_____. Nossa Obsoleta Mentalidade Mercantil. Tradução portuguesa pela **Revista Trimestral de Histórias e Ideias**, Nº 1, Edições Afrontamento, Porto, 1978.

Pinheiro-MACHADO, Rosana Pinheiro. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.23, n.67, p.118-192, jun., 2008.

RIBEIRO, Gustavo Lins. El sistema mundial no-hegemónico y la globalización popular. **Série Antropologia/DAN/UNB**, Brasília, vol.410, 2007.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. O Estudo dos Sistemas de Parentesco. Tradução de Sônia Regina Pacheco Alves. In: LARAIA, Roque de Barros (Org.). **Organização Social.** Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1969.

SOUSA, Rosinaldo Silva. **Os cacaleros do Chapare: coca, cocaína e políticas internacionais antidrogas na Bolívia.** 2006. 178 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

_____. Narcotráfico y economía ilícita: las redes de crimen organizado en Rio de Janeiro. **Revista Mexicana de Sociología**, México, D.F. n.1, enero /marzo, 2004.

_____. Organização política e cultivos ilícitos de coca na Bolívia: uma abordagem etnográfica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.24, n.73, jun. 2010.

SIGAUD, Lygia. As vicissitudes do "ensaio sobre o dom". **MANA** 5 (2): 89-124, 1999.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: Da Dádiva à Questão da Reciprocidade. **RBCS** Vol. 23 nº 66 fevereiro/2008.

_____. **Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro.** Universidade Federal da Paraíba, 2000.